

Sete Propostas para a Saúde

1. **Contratar** pelo menos **300** psicólogos, num ano, para os serviços de psicologia das Unidades Locais de Saúde (ULS) (pelo menos 100 até ao final do ano de 2024)
2. Determinar a imediata **operacionalização do regulamento de Anos Profissionais Júnior** (estágios profissionais de acesso à profissão) no SNS, no mínimo de **100 por ano** (cumprindo já a meta em 2024)
3. Concluir, até ao fim do primeiro semestre de 2024, a reorganização e a **criação de serviços de psicologia autónomos**, nas ULS, de acordo com a regulamentação vigente e na sequência do modelo acordado com a Direção Executiva do SNS
4. Dignificar e vincular os psicólogos ao SNS, através da **valorização do percurso profissional e nível de especialização**
5. Reforçar e estimular o investimento em **promoção da saúde e prevenção da doença**, nomeadamente através da aposta em literacia em saúde e hábitos de vida saudáveis
6. Desenvolver uma estratégia para a **vinculação e motivação dos profissionais de saúde**, sistémica e com base em modelos de gestão informados por evidência científica
7. Criação de uma **equipa de desenho, testagem e pilotagem de soluções** de mudança comportamental rápidas, simples, custo-efetivas e atrativas na organização do SNS e nas respostas em saúde

1. **Contratar** pelo menos **300** psicólogos, num ano, para os serviços de psicologia das Unidades Locais de Saúde (ULS) (pelo menos 100 até ao final do ano de 2024)

Quando em 2018 foi aberto o concurso para a contratação de 40 psicólogos para os centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS), tinham passado 20 anos do último concurso e era o primeiro concurso especificamente para os centros de saúde. Quase cinco anos depois estes psicólogos ingressaram no estágio de acesso à carreira. Por entremeio tivemos uma pandemia, sendo que através de mecanismos extraordinários foi possível que cerca de duas dezenas viessem a ser contratados. Hoje, com pouco mais de 300 psicólogos para todos os centros de saúde do país e mais de metade dos portugueses sem acesso aos serviços prestados por psicólogos, é crítico e essencial que, urgentemente, se duplique este número. Para isso, e no imediato, é necessário permitir a aprovação dos Planos de Desenvolvimento Organizacional das ULS, de modo que estas possam avançar com as contratações já previstas para o corrente ano.

2. Determinar a imediata **operacionalização do regulamento de Anos Profissionais Júnior** (estágios profissionais de acesso à profissão) no SNS, no mínimo de **100 por ano** (cumprindo já a meta em 2024)

A Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) organiza mais de 1150 estágios profissionais por ano. Mais de 90% são no sector social e privado. Dos 10% públicos o SNS contribuiu em 2023 (ano que atingiu o seu máximo) com pouco mais de 40. É necessário que o Estado seja solidário com o início da atividade profissional dos psicólogos, contribuindo para isso, nomeadamente através do SNS. A sua não regulamentação ao longo de 14 anos pelo SNS tem criado dúvidas sobre a possibilidade das unidades de saúde públicas os realizarem. O anterior Governo finalizou um regulamento negociado com a OPP que foi enviado à Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) para finalização. Acertados os detalhes com a OPP é necessário que a Direção Executiva do SNS o possa operacionalizar.

3. Concluir, até ao fim do primeiro semestre de 2024, a reorganização e a **criação de serviços de psicologia autónomos**, nas ULS, de acordo com a regulamentação vigente e na sequência do modelo acordado com a Direção Executiva do SNS

Em 2017, o Despacho 11347/2017 determinou a criação de serviços de psicologia autónomos no SNS. Apesar dos obstáculos, estes têm vindo a ser criados. Com a

reforma que levou a disseminação das ULS, acordou-se com a Direção Executiva do SNS a implementação de um modelo de organização de serviços autónomos de



psicologia. Esse trabalho tem mobilizado os psicólogos do SNS, em conjunto com a OPP, sendo que a sua conclusão depende da aprovação dos regulamentos internos das ULS, previstos até final do presente semestre de 2024. Esta é um processo essencial para o robustecimento das respostas dadas aos cidadãos pelos psicólogos do SNS, permitindo a melhor gestão dos recursos e a sua distribuição pelas necessidades das diferentes equipas multidisciplinares em que os psicólogos prestam os seus serviços.

4. Dignificar e vincular os psicólogos ao SNS, através da **valorização do percurso profissional e nível de especialização**

É uma necessidade, agora premente, de modo a garantir a sustentabilidade da prestação de serviços dos psicólogos. Isto, evitando que a tendência de saída do SNS, por parte dos psicólogos mais experientes, alguns com mais de 20 anos de serviço público sem quaisquer mudanças que valorizem as condições em que prestam o seu trabalho, continue a desbaratar um nível de especialização difícil de substituir no curto prazo com novas contratações. O processo recentemente iniciado, com o reconhecimento pelo SNS do título especialista em Psicologia Clínica e da Saúde (atribuído, nos termos da lei, pela OPP), deve continuar considerando a atualização e reformulação da carreira de Técnico Superior de Saúde, no que concerne aos Psicólogos.

5. Reforçar e estimular o investimento em **promoção da saúde e prevenção da doença**, nomeadamente através da aposta em literacia em saúde e hábitos de vida saudáveis

A sustentabilidade dos sistemas públicos, bem como o bem-estar dos cidadãos, num país envelhecido e com poucos anos de vida saudável após os 65 anos, e que ao mesmo tempo necessita de um investimento significativo na intervenção precoce na infância, exige uma abordagem multidisciplinar na saúde pública. Necessita também da operacionalização efetiva de programas públicos nacionais e locais com ênfase na mudança de comportamento e compreensão dos processos mentais, e no contínuo entre saúde e doença. Desta forma, a presença e reforço dos psicólogos na resposta pública, diretamente através do SNS, seja no desenho dos programas e na sua gestão, seja na sua implementação, é indispensável para a saúde da população, pois: 1) a resposta assistencial e clínica é apenas uma das formas de intervenção do psicólogos; 2) os psicólogos

trabalham no âmbito de respostas integradas e multidisciplinares; 3) é aquela que permite uma distribuição pelo território nacional potencialmente menos geradora de iniquidades. A contratualização de respostas clínicas noutros sectores é complementar, mas não contribui para suprimir as principais lacunas do SNS no que concerne ao acesso aos serviços de psicologia pelos cidadãos.

6. Desenvolver uma estratégia para a **vinculação e motivação dos profissionais de saúde**, sistémica e com base em modelos de gestão informados por evidência científica

A vinculação e atracção de talento numa organização não é unifactorial. Nem a sua motivação. E ambas não têm apenas na remuneração a resposta simples para a complexidade do problema. A remuneração e a progressão fazem parte da solução, mas é preciso ir para além disso. Os profissionais de saúde, bem como as administrações das unidades de saúde ou da própria direcção executiva, precisam de autonomia, reconhecimento das suas competências e relacionamento com os outros, num enquadramento de identificação e pertença, e outras oportunidades de desenvolvimento e de conciliação da vida pessoal e profissional, alinhadas com os seus projetos de carreira e de vida. Estas necessidades estão em estreita correlação com o bem-estar psicológico. Deste modo, é essencial que se assuma, tal como previsto no modelo de organização atual da Direcção Executiva (a aguardar o quadro de referência ser aprovado para poder ser implementado), uma estratégia com orientações, recomendações e monitorização, bem como disseminação de boas práticas de gestão das pessoas e de promoção do bem-estar nas organizações do SNS. Os psicólogos possuem formação e conhecimento científico e especializado que lhes permite intervir no desenvolvimento dos profissionais, das estruturas/organizações do SNS, e na própria organização sistémica do serviço nacional de saúde.

7. Criação de uma **equipa de desenho, testagem e pilotagem de soluções** de mudança comportamental rápidas, simples, custo-efetivas e atrativas na organização do SNS e nas respostas em saúde

Nem tudo tem de ser testado ou alvo de projetos piloto, embora alguns projetos beneficiassem de o ser, de modo a pouparmos recursos preciosos em implementações que não se demonstram eficazes e crescem custos financeiros e humanos elevados. Mas, antes disso, é necessário compreender a mudança de comportamento das pessoas, da teoria à prática, introduzir boas práticas de acordo com a mais recente investigação e projetos de sucesso, mas também adaptar, sempre que necessário, esse conhecimento e experiências aos contextos

e culturas, de forma efectiva. Esta equipa (*behavioural insights unit or team*) pode ser de capital importância na consultoria sobre quais os comportamentos específicos a ter em conta na implementação de um determinado projeto, em função das características de diferentes grupos (idade, género, setores...), bem como na avaliação do mesmo e na formação por todo o sistema, num modelo em escala e de replicação desta metodologia, articuladamente. Desde 2018 que propomos esta ação e ela é agora também recomendada pela OCDE e pela OMS.